



Demonstrações Financeiras 2023

ENERGISA PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS S.A. | CNPJ/MF nº 21.655.649/0001-10

Resultados 2023

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 19 de março de 2024. A Diretoria.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	38	54.412
Aplicações financeiras	4.2	1.811.696	364.217
Tributos a recuperar	5	38.165	8.557
Total do circulante		1.849.899	427.186
Não circulante			
Créditos com partes relacionadas	6	609.047	610.661
Tributos a recuperar	5	21.779	11.243
Investimentos	8	3.246.187	2.450.212
Total do não circulante		3.877.013	3.072.116
Total do ativo		5.726.912	3.499.302

(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados (Prejuízos)	Outros resultados abrangentes	Total		
	Capital social	Outras reservas de capital entre sócios	Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.209.168	(52.755)	333.375	(2.394.065)	94.741	288.467	670.621	(171.266)	8.959	8.959
Realização de reservas	10.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento reflexo	10.2	-	10.222	-	-	-	-	-	-	10.222
Pagamento de dividendos adicionais	10.5	-	-	-	-	-	(670.621)	-	-	(670.621)
Transações entre sócios - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Programa de remuneração variável (ILP) - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	814	-	-	-	-	-	-	814
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.009.784	1.009.784
Proposta de distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10.3	-	-	50.489	-	-	-	-	-	50.489
Reservas de lucros	10.5	-	-	171.266	-	-	-	-	-	171.266
Dividendos	10.6	-	-	(250.000)	-	-	-	-	-	(250.000)
Dividendos adicionais propostos	10.6	-	-	-	-	-	218.005	-	-	218.005
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos - reflexo	10.7	-	-	-	-	-	-	-	8.959	8.959
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.209.168	(52.755)	344.411	(2.394.061)	145.230	38.467	218.005	(11.831)	3.496.634	(11.831)
Aumento de capital social conf. AGE de 10/02/2023	10.1	690.000	-	-	-	-	-	-	-	690.000
Redução de capital social conf. AGE de 22/09/2023	10.2	(132.799)	-	-	-	-	132.799	-	-	-
Aumento de capital social conf. AGE 26/12/2023	10.3	250.000	-	-	-	-	-	-	-	250.000
Absorção de reserva de lucros conf. AGE de 25/09/2023	10.4	-	-	-	(38.467)	38.467	-	-	-	-
Custo de captação com aumento de capital	-	(56.669)	-	-	-	-	-	-	-	(56.669)
Pagamento de dividendos adicionais	10.5	-	-	-	-	-	(389.271)	-	-	(389.271)
Programa de remuneração variável (ILP) - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	986	-	-	-	-	-	986
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.256.712	1.256.712
Proposta de distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	10.3	-	-	62.836	-	-	-	-	-	62.836
Reservas de lucros	10.4	-	-	436.163	-	-	-	-	-	436.163
Dividendos	10.6	-	-	-	-	-	(492.940)	-	-	(492.940)
Dividendos adicionais propostos	10.6	-	-	-	-	-	264.773	-	-	264.773
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	10.7	-	-	-	-	-	-	-	27.252	27.252
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.016.369	(109.424)	1.285.397	(2.394.061)	208.066	436.163	264.773	(15.421)	3.496.634	15.421

(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Participações Minoritárias S.A. ("Companhia ou Energisa Participações"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, criada, com propósito específico, para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A ("Energisa"), visando aprimorar a estrutura societária do Grupo Energisa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024. **2.2 Moeda Funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 13. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 7 - Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; e II. Nota explicativa nº 13 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Resumos das principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelecendo as seguintes categorias de mensuração: (i) custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente** – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.	
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o objetivo é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos est-

pulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (se o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa de venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas não reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de "hedge" nas relações de "hedge" definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de "hedge" eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidas no demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deslize ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contratados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c. Investimentos** - os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço; **d. Imposto de renda e contribuição social** - o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. **e. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **f. Lucro por ação** - o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável; e **g. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09 / CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

Demonstração de Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota	2023	2022
Despesas operacionais			
Despesas administrativas		(848)	(160)
Equivalência Patrimonial	8	1.021.081	896.189
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		1.020.233	896.029
Receitas financeiras	11	315.244	172.331
Despesas Financeiras	11	(131)	(94)
Receitas financeiras líquidas		315.113	172.237
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.335.346	1.068.266
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(78.634)	(58.482)
Lucro líquido do exercício		1.256.712	1.009.784
Lucro líquido por ação R\$	12	2,21	1,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota	2023	2022
Lucro do exercício	12	1.256.712	1.009.784
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	10.7	27.252	8.959
Total de outros resultados abrangentes do exercício		1.283.964	1.018.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, Serviços de terceiros e outros		(827)	(142)
Outros custos operacionais		(21)	(18)
Valor adicionado bruto		(848)	(160)
Valor adicionado líquido produzido		(848)	(160)
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência Patrimonial	8	1.021.081	896.189
Receitas financeiras	11	330.618	180.735
Valor adicionado a distribuir		1.350.851	1.076.764
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições Fed			



A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora), Rede Energia Participações S/A, Energia Transmissão de Energia S/A (ETE), Gemini Energy S/A, Aisol Energias Renováveis S/A, Energia Biogás S/A (EBG), Energia Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energia Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPT	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:	Sigla	Ramo de atividade
• Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

Rede Energia Participações S/A	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

Controladas diretas da Aisol Energias Renováveis S/A:	Sigla	Ramo de atividade
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I LTDA;	REENERGISA I	Geração distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração distribuída
• FlowSolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLAWSOLAR	Geração distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços

Controlada direta da Energisa Biogás S/A:	Sigla	Ramo de atividade
• Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem

Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A	Sigla	Ramo de atividade
• Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás	ESGAS	Produção Gás

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:	Crédito com partes relacionadas	Receita com mútuos	Comissão de debêntures (Despesas financeiras) ⁽¹⁾	Saldo a receber debêntures ⁽¹⁾	Investimento - Recursos destinados a futuro aumento de capital
REDE ⁽¹⁾	265.338	30.969	-	-	-
ESA	-	-	78.996	1.171.971	-
ERO ⁽²⁾	343.709	54.799	-	-	-
EMS	-	-	16.404	266.404	-
EDG	-	-	-	-	500.000
2023	609.047	85.768	95.400	1.438.375	500.000
2022	610.661	95.813	-	-	-

⁽¹⁾ Rede Energia Participações - o contrato de mútuo possui prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, e é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0324 a.a. (CDI + 1,0783 a.a. em 2022). ⁽²⁾ Energisa Rodônia e Energisa Acre - os contratos de mútuos foram assinados em 04/05/2019 e possuem prazo de 36 meses com liquidação ao final do terceiro ano de contrato e são remunerados a juros CDI + 2,5% a.a. ⁽³⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos. ⁽⁴⁾ A Companhia adquiriu debêntures emitida pela controlada e pelas coligadas, conforme segue:

Controladora e coligadas	Debêntures	Taxa de remuneração média	Vencimentos	Saldos em 2023
ESA	Parte 18ª emissão 1ª série	CDI + 1,60% a.a.	Jun/2028	1.171.971
EMS	19ª emissão série única	IPCA + 6,5444% a.a.	Jul/2026	266.404
Total				1.438.375

7. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE.
A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada com base no lucro real conforme demonstrado a seguir:

Apuração com base do lucro real	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.335.346	1.068.266
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas:	(454.018)	(363.210)
Resultado de equivalência patrimonial	347.168	304.704
Créditos tributários de exercícios anteriores constituídos no exercício	8.706	-
Outras exclusões	19.510	24
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(78.634)	(58.482)
Alíquota efetiva	5,89%	5,47%

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Participações Minoritárias S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Participações Minoritárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Participações Minoritárias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são

8. INVESTIMENTOS

Participação em controladas:

		2023					Informações sobre o investimento da Companhia		
		Informações sobre as investidas					Equivalência Patrimonial - Investimentos		
	%	Nº ações/cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimonial	Investimentos
Rede Energia Participações	29,57	623.968	3.223.219	5.203.891	1.235.530	3.968.361	1.652.556	488.618	1.173.342
EMT	39,83	87.201	1.677.113	13.301.512	9.352.459	3.949.054	1.336.892	532.463	1.572.845
EDG	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000
Total								1.021.081	3.246.187

		2022					Informações sobre o investimento da Companhia		
		Informações sobre as investidas					Equivalência Patrimonial - Investimentos		
	%	Nº ações/cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimonial	Investimentos
Rede Energia Participações	29,57	623.968	3.223.219	4.959.077	1.156.883	3.802.194	1.493.921	438.757	1.124.211
Energisa Mato Grosso	39,83	87.201	1.677.113	12.161.734	8.832.448	3.329.286	1.148.508	457.432	1.326.001
Total								896.189	2.450.212

Movimentação dos investimentos:

Investidas	Saldos em 2022	Subscrição/AFAC	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes ⁽²⁾	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2023
Rede Energia Participações	1.124.211	-	646	3.679	(443.812)	488.618	1.173.342
EMT	1.326.001	-	340	23.573	(309.532)	532.463	1.572.845
EDG	-	500.000	-	-	-	-	500.000
Total	2.450.212	500.000	986	27.252	(753.344)	1.021.081	3.246.187

Investidas	Saldos em 2021 (reapresentado)	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrangentes ⁽²⁾	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2022
Rede Energia Participações	1.000.981	4.084	6.189	(325.799)	438.757	1.124.211
EMT	1.167.523	6.956	2.770	(308.680)	457.432	1.326.001
Total	2.168.504	11.040	8.959	(634.479)	896.189	2.450.212

⁽¹⁾ No exercício de 2023, foi apurada efeito equivalência patrimonial reflexo de R\$986 (R\$814 em 2022) referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das companhias Energisa Mato Grosso e Rede Energia Participações ganho de (R\$4 de ganho em 2022) referente as transações com sócios das subsidiárias Energisa Mato Grosso e Rede Energia Participações e R\$10.222 referente a reserva de incentivo fiscal. ⁽²⁾ Outros resultados abrangentes - refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial reflexa contabilizado pela Rede Energia Participações e Energisa Mato Grosso, diretamente no Patrimônio Líquido.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2023	2022
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.204	659
Contribuição Social sobre lucro líquido - CSLL	2.220	1.212
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	775	777
Outros	-	1
Total - circulante	4.199	2.649

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital Social: O capital social é de R\$6.016.369 (R\$5.209.168 em 2022), representando 427.957.595 (427.957.595 em 2022) ações ordinárias e 165.850.749 (89.375.816 em 2022) ações preferenciais, totalizando 593.808.344 (517.333.411 em 2022), sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2023 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, sendo este aumento realizado mediante a emissão de 55.915.722 (cinquenta e cinco milhões, novecentas e quinze mil, setecentas e vinte e duas) novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia ("Novas Ações Preferenciais"), pelo preço de emissão de R\$24,68 por ação totalizando um preço de emissão de R\$1.380.000 ("Preço de Emissão Total"), fixado sem diluição justificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, devidamente aprovado pela unanimidade dos acionistas presentes a esta Assembleia e arquivado na sede da Companhia, a serem integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional. Os acionistas da Companhia consignam que, do Preço Total de Emissão, (a) o montante de R\$690.000, correspondente a R\$ 12,34 por cada Nova Ação Preferencial, será destinado à formação do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$5.209.168 para R\$5.899.168; e (b) a quantia excedente, no valor total de R\$690.000, correspondente a R\$12,34 por cada Nova Ação Preferencial, será destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações. Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2023 aprovou (i) a apuração de um prejuízo acumulado de R\$171.267 após o pagamento dos dividendos com base no saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R\$250.000 aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 9937775 em 18 de janeiro de 2023; (ii) a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$38.468 para a absorção dos prejuízos acumulados apurados e (iii) a redução do capital social da Companhia no montante dos prejuízos acumulados de R\$132.799, passando o capital social para R\$5.766.369 sem o cancelamento de ações e mediante redução do valor representativo de cada ação, em conformidade com o artigo 173 da LSA. Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2023 aprovou o aumento do capital social da Companhia, sendo este aumento realizado mediante a emissão de 20.559.211 (vinte milhões, quinhentas e cinquenta e nove mil, duzentas e onze) novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia ("Novas Ações Preferenciais"), pelo preço de emissão de R\$24,32 por ação, totalizando um preço de emissão de R\$500.000 ("Preço de Emissão Total"), fixado sem diluição justificada dos atuais acionistas, com base na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, devidamente aprovado pela unanimidade dos acionistas presentes a esta Assembleia e arquivado na sede da Companhia, a serem integralizadas à vista pelo acionista Itaú Unibanco S.A., em moeda corrente nacional. Os acionistas da Companhia consignam que, do Preço Total de Emissão, (a) o montante de R\$250.000, correspondente a R\$12,16 por cada Nova Ação Preferencial, será destinado à formação do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia de R\$5.766.369 para R\$6.016.369; e (b) a quantia excedente, no valor total de R\$250.000, correspondente a R\$12,16 por cada Nova Ação Preferencial, será destinada à formação da conta de reserva de capital da Companhia, nos termos do artigo 182, §1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

10.2 Reserva de Capital:

	2023	2022
Transações entre sócios ⁽¹⁾	(2.394.061)	(2.394.061)
Aumento de capital - Outras reservas de capital	1.270.000	330.000
Custo de captação - Aumento de capital ⁽²⁾	(109.424)	(52.755)
Programa de remuneração variável (ILP) - Reflexo ⁽³⁾	5.175	4.189
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento reflexo	10.222	10.222
Saldos	(1.218.088)	(2.102.405)

⁽¹⁾ As transações entre sócios estão demonstradas abaixo:
Transações entre sócios
Saldo inicial - 2022 e 2021
Transações entre sócios
Saldo final - 2023 e 2022

⁽²⁾ A Companhia contabilizou, diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$109.424 (R\$52.755 em 2022), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido. ⁽³⁾ Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações ocorridas nas subsidiárias Rede Energia Participações de R\$646 (R\$451 em 2022) e Energisa Mato Grosso R\$340 (R\$363 em 2022), denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

10.3 Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **10.4 Reserva de lucros - orçamento de capital:** Em 2023, o montante de reservas de lucros é de R\$436.163, que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária. **10.5 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** O montante destinado para a reserva de retenção de lucros foi retido com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Diretoria realizada em 25 de dezembro de 2023, foi aprovado a absorção de prejuízo acumulado com retenção de lucros, no montante de R\$38.467. **10.6 Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.256.712	1.009.784
Reserva Legal ⁽¹⁾	(62.836)	(50.489)
Realização de reservas	-	(171.266)
Lucro líquido ajustado	1.193.876	788.029
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	298.469	197.007
• Valores pagos em 25 de setembro de 2023 - correspondem a R\$2.551.3445722 (R\$2.551.3445722 em 2022) por ação preferencial ⁽¹⁾	221.823	228.010
• Valores pagos em 25 de setembro de 2023 - correspondem a R\$0,63351429564 (R\$0,79917867972 em 2022) por ação ordinária ⁽¹⁾	271.117	342.014
• Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,618688270 (R\$0,30564365617 em 2022) por ação ordinária e R\$1,596449492 (R\$0,97562425443 em 2022) por ação preferencial ⁽²⁾	264.773	218.005
Total dos dividendos atribuídos às ações preferenciais	757.713	788.029
% sobre o lucro líquido ajustado	63%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 25 de setembro de 2023, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2023. ⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituir em uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICP-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das investidas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **10.7 Outros resultados abrangentes - reflexo de equivalência patrimonial:** Refere-se à contabilização, do plano de benefício a empregados líquidos de impostos reflexo de suas investidas. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldo final - 2022 e 2021	(11.831)	(20.790)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego (reflexo)	27.252	8.959
Saldo final - 2023 e 2022	15.421	(11.831)

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receita de aplicação financeira	240.541	84.641
Atualização Mútuos	85.768	95.813
Juros recebidos/SELIC	4.309	281
Tributos s/receita financeira	(15.374)	(8.404)
Total das receitas financeiras	315.244	172.331